

Avaliação Institucional e Educação Superior¹

ODILON CARLOS NUNES*

* Professor do Departamento de Planejamento e Administração Escolar, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

Recebimento:12/03/03

Aprovação:22/05/2003

Resumo: O texto apresenta construção teórica que enfatiza a importância e a oportunidade de se reformar e restabelecer o debate e o exame do tema da avaliação e, em especial, da avaliação no âmbito das instituições educacionais. Coloca em uma perspectiva de avaliação a própria avaliação – pautada pela chamada “pedagogia do exame” – que vem percorrendo e demarcando o cenário educacional escolar brasileiro.

Palavras-chave: Avaliação; Avaliação de instituições educacionais; Pedagogia do exame.

Abstract: The text presents a theoretical construction that emphasizes the importance and opportunity of remodelling and reestablishing the debate and the examination of the subject of evaluation, especially, institutional educational evaluation. The text puts evaluation itself in the perspective evaluation, based on the so-called “exam pedagogy” – which has become the trademark of the Brazilian educational scenario.

Key-words: Evaluation; Institutional Educational evaluation; Exam pedagogy.

I. Para iniciar

Ainda que se trate de registro do óbvio e, inclusive, de surrado lugar comum, quero começar enfatizando a importância e, também a oportunidade de se reformar e restabelecer o debate e o exame do tema da avaliação e, em especial, da avaliação no âmbito e no âmago das instituições educacionais e, neste caso particular, das e nas instituições universitárias.

1 Texto apresentado no Seminário Internacional Avaliação Institucional da Educação Superior e Reformas do Estado, promovido pela UFPR, CIVITAS e RAIES, em Curitiba.

Trata-se, mais uma vez – sem pretender formular mero jogo de palavras – da necessidade de se pôr em uma perspectiva de avaliação a própria avaliação, em seu aparato e na sua configuração institucionalizada, considerando as possibilidades que vêm sendo descortinadas nesse terreno, mas, também, explicitando o seu intrincado e conflitivo conjunto de problemas, envolvendo, entre outras coisas, as múltiplas e fortes resistências à sua implantação e conseqüente consolidação.

Trata-se, como nunca, da exigência de se submeter à análise mais detida e à crítica mais sistemática e cuidadosa uma postura avaliativa – com a sua cadeia de procedimentos e as mazelas daí decorrentes – pautada pela chamada “pedagogia do exame” – que vem percorrendo e demarcando o cenário educacional escolar brasileiro desde o passado mais remoto até os umbrais do presente, ainda que se manifestando sob novos invólucros ou distintas plumagens -, compondo-se uma orientação educativa que se define por uma inesgotável e obsessiva ânsia de a tudo e a todos testar, medir, categorizar, classificar, etc., etc. E, salvo juízo falho e/ou distorcido da minha parte, se trata, também, da exigência de se investigar, reflexiva e radicalmente, os meios e as condições acentuadamente restritivos e conservadores que, igualmente, desde o passado e até o presente, vêm sendo mantidos e, mesmo, reforçados, no plano da vida social, econômica, política e cultural, conformando-se como elementos estruturantes – embora também resultantes – do sistema educacional como um todo e, de alguma maneira, do modo como se concebe e se efetiva a engrenagem da avaliação institucional, em específico, desembocando na construção desse tão precário quanto injusto arcabouço educacional brasileiro e, por conseguinte, na instalação dessa insatisfatória e quase sempre autoritária e coercitiva estrutura avaliativa que aqui se desenvolve.

Isto é, estou, desde logo, tratando de pôr em relevo o sentido e o valor de, nesse momento, abordar a questão essencial e inadiável, da solidificação da organização educacional brasileira e do seu processo avaliativo, ultrapassando-se, tanto quanto as condições concretas possibilitem e permitam, as circunstâncias recorrentemente limitadoras e adversas que marcaram e, ainda, marcam o seu percurso histórico e social.

Com esse espírito e nesse terreno, quero fixar alguns elementos de reflexão, ressaltando o seu contorno esquemático e o seu apressado conteúdo.

II. Fixando uma Premissa

Para começar, adoto aqui, como postulado e premissa, a compreensão segundo a qual o trajeto social e histórico que ora se desenvolve, tendo substrato e fundamento a constituição de uma sociedade de natureza capitalista, em nosso país, estabelece e apresenta como um de seus eixos estruturantes o imbricamento

do feixe de relações e interligações entre a estrutura social, como um todo, e o sistema educacional escolar e os seus processos avaliativos; relações que, desse modo, são e serão cada vez mais orgânicas e mutuamente constitutivas umas das outras, mas que, ao mesmo tempo e obviamente, não excluem os inúmeros e significativos conflitos e contradições que são próprios das sociedades ordenadas sob o signo e a dinâmica da acumulação do capital.

Assim, acredito que, no mundo moderno e contemporâneo a implementação e consolidação da instituição escolar – incluindo o patamar destinado ao ensino superior – e a implementação dos meios destinados à avaliação do seu desempenho e das suas complexas ações abarcam, por um lado, um estreitamento das relações de “parentesco” e “interdependência” entre as mesmas e, por outro lado, carregam e provocam o acirramento dos problemas e dos estranhamentos embutidos e desenvolvidos nessas relações. Nesse quadro, que tento traçar e colorir, há um certo paradoxo: instituição escolar e avaliação educacional travam entre si e, simultaneamente, relação de atração e rejeição – de “namoro” e de “recusa” !

A avaliação, instituída no seio da organização escolar – incluída a esfera de educação superior – configurarse-á como esfera recorrente de controle e legitimação institucional.

III. Indicando algumas definições

De acordo com definição que LUCKESI (1996, p.23) formula e expõe com relação ao ato avaliativo:

“(...) importa estarmos cientes de que a avaliação educacional em geral e avaliação da aprendizagem escolar em particular são meios e não fins em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que a circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim, dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação traduzido em prática pedagógica”.

Outro autor, AFONSO (2000), ao se debruçar sobre a questão avaliativa, esmiúça a complexidade das tarefas e funções absorvidas e desempenhadas pelo processo avaliativo, quer de maneira explícita, quer de modo implícito, e tanto na circunscrição e no nível da ação pedagógica propriamente dita, como também no universo e na esfera do planejamento sistêmico e institucional e da administração e da gestão da organização educacional. Nesse emaranhado de feições o autor

destaca, entre outros aspectos: a estimulação da competição entre os indivíduos e os grupos profissionais e, também, entre os organismos e instituições educativos. Inclui-se, também, nesse panorama de facetas assumidas pela avaliação educacional: a prescrição de regras e normas voltadas à estruturação das relações de trabalho e a indicação de procedimentos destinados a orientar a adaptação dos agentes de trabalho às demandas e às carreiras técnico-profissionais.

Registro, acredito que em consonância com esse autor, que, no limite, a avaliação, instituída no seio da organização escolar – incluída a esfera de educação superior – configurar-se-á como esfera recorrente de controle e legitimação institucional. Por conseguinte, instauram-se nesse plano de coisas: “as funções reais e simbólicas de controle social e legitimação política” (AFONSO, 2000, p.56), relativamente à ordem estabelecida e aos valores vigentes.

O mesmo autor nos instiga a pensar, ainda, que a heterogênea composição de funções e papéis pertinentes à atividade avaliativa articular-se-á, em alguma medida, embora nunca de modo linear e mecânico, com os diferentes estágios e momentos percorridos pela história política-social e cultural ou, então, se entrelaçam, mais ou menos diretamente, aos movimentos acionados por conjunturas político-econômicas específicas.

Nesse sentido, podem ser citados, tal como fez esse mesmo autor, os casos das Nações que no transcorrer das décadas de 80 e 90, no contexto próprio do chamado “neoliberalismo”, desencadearam iniciativas e esforços no tocante à implantação e/ou consolidação de sistemas de avaliação institucional, destinados a aplicação de procedimentos para o recrutamento e a seleção individual e profissional, sob a fortíssima ótica da competição e do produtivismo no âmbito dos cursos e das organizações educacionais, abarcando, crescendo, os organismos de educação superior e o patamar dos programas de estudos pós graduados.

Tal como já pude assinalar em trabalho precedente, NUNES (2001), considero que esse complicado processo, ainda que se respeite as condições próprias de cada situação e lugar, impulsionando, provavelmente, pelos meios e determinantes associados ao movimento de reestruturação produtiva e reordenamento político-institucional, que se presencia contemporaneamente, não se limita ao universo do capitalismo central, disseminando, de maneira desigual, é óbvio, por outros países, e, atingindo e abalroando, no contexto da América do Sul, entre outros, Chile, Argentina e Brasil.

Retorno, mais uma vez, ao autor já mencionado, AFONSO (2000, p. 58), para, com a ajuda do mesmo, reiterar e confirmar que: “as funções da avaliação têm que ser compreendidas, por isso, no contexto das mudanças educacionais e das mudanças econômicas e políticas mais amplas...”

Ou, como assevera o mesmo, de maneira irretorquível: “Aliás, a avaliação é ela própria uma atividade política...” (AFONSO, 2000, p. 58)

IV. Demarcando nexos

Em face do que foi até agora formulado é cabível apontar para a constituição de elos e nexos, - nem sempre visíveis e translúcidos ou dotados de imediaticidade, mas repletos de sentidos que os convertem em condicionantes reais dos processos nos quais atuam e interferem – entre, de um lado, a avaliação institucionalizada e inserida nos organismos e nos sistemas de ensino e, de outro lado, os valores e os rituais associados à produção de natureza mercantil, característica das sociedades da atualidade.

Nesse plano, há dois cuidados que são necessários e que devem nos pautar relativamente à abordagem da questão em tela. Assim, de uma parte, convém que não nos deixemos levar pela fulgurosa aparência do fenômeno mercantil, adotando, equivocadamente, postura de tudo a ela reduzir, absolutizando-a como se fosse a determinação exclusiva da vida, não só econômica, mas também social, política e cultural, nos seus substratos e múltiplos desdobramentos.

De outra parte, é preciso não ignorar que esses vínculos que entrelaçam a estrutura social e a formação educacional e avaliativa apresentam-se repletos de significados que os convertem em condicionantes reais dos processos nos quais atuam e interferem, embora pouco visíveis e translúcidos e, particularmente, nem sempre dotados de imediaticidade e de sentido harmonioso na relação que esses meios travam entre si.

Ressalvados esses cuidados, nos parece ser pertinente afirmar que: parcela não pequena e nem acanhada do pensamento e da prática avaliativa, ora estabelecida, encontra-se, mais ou menos, submetida aos padrões e critérios acima referidos. Isto é, esses agentes educacionais, mostram-se impregnados – sob o encantamento? – pelos signos que evocam o “valor de troca” e as atividades do mundo da mercadoria, os quais como sabemos “de velho”, são fundamentos imprescindíveis à sustentação das sociedades de tipo capitalista, atualmente vigentes.

V. Na Atualidade

Na década recém finda, especialmente, como não ignoramos, estivemos diante da etapa histórica ocupada e orientada pela chamada reforma do estado, a qual caracterizou-se por ter posto em marcha a remodelação e a adaptação do organismo estatal, tendo como pano de fundo o mais recente patamar de desenvolvimento e organização alcançado pela estrutura produtiva própria das sociedades capitalistas; engendrando, ao mesmo tempo e como parte inseparável desse processo, um novo estágio de desenvolvimento dos seus conflitos e antagonismos no plano das relações que são contraídas entre as classes e os segmentos historicamente constitutivos dessas sociedades.

De acordo com a compreensão firmada por CHAUÍ (1999, p. 213), a premissa ideológica que recorta e direciona essa reforma corresponde à convicção de que:

“(...) o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor e serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma (do Estado brasileiro) encoraja o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica -, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados”.

Como se percebe, essa verdadeira teia de construções político-ideológicas não se restringe ao terreno da sua base econômica e material, transcendendo esse nível e invadindo as esferas da educação e da cultura e transmutando-se, inclusive, em critérios e procedimentos que se interporão, crescentemente, à gestão das atividades sociais, em geral.

Conforme, CHAUÍ (1999, p. 217), ainda:

“A Reforma do Estado brasileiro pretende modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor de Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não-estatais, na qualidade de prestadores de serviços. (...) Nesses serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, entendidas como (organizações sociais) prestadoras de serviços que celebram ‘contratos de gestão’ com o Estado”.

Nessa ordem de coisas, assim como em outros países e lugares, a nossa sociedade será contaminada por um forte espírito de “racionalização” e “empreendedorismo” expressando a retomada do veio, obsessivo e recorrente em nossa história da “modernização conservadora”, atingindo, de chofre o edifício estatal e esparando-se pelos demais organismos da vida civil e infiltrando-se, também, no sistema de ensino, em seus distintos níveis e diferentes modalidades, tendo como fios condutores e eixos estruturantes os processos de “restauração” do mercado como instância de regulação e, mesmo, como paradigma econômico, social e cultural e, em consonância com esse movimento, a recomposição e a reforma de estado.

No âmbito propriamente escolar, de ponta a ponta, fala-se obcecada e reiteradamente em: “ranking”, “classificação” e “categorização”, “produção” e “produtividade”, “desempenho”, “rendimento” e “performance”, “eficiência”, “efi-

cácia” e “efetividade”, “avaliação” e “medidas”, “serviços” e “bens” educacionais, entre outras expressões vocabulares, senão originalmente sacadas, ao menos, estrategicamente “valorizadas” para fins de materialização e veiculação desse restrito ideário ideológico, político e, cada vez mais, educacional. Jargões dessa índole preencherão os “modelos avaliativos” modernos e contemporâneos, aderindo aos seus mecanismos, instrumentos e ações, associando-se, diga-se, com certa frequência, aos “padrões de qualidade” nos campos de ensino e da pesquisa, resultando nossas formas, cada vez mais, usuais e familiares ao universo pedagógico de “premiação” e “punição” reais ou simbólicos, pouco importando nesse caso.

É obrigatório afirmar que, no limite, mas nunca por automatismo, sob as asas dessa simbologia abriga-se, de forma hoje quase pouco oculta, um generalizado e intenso processo de mercantilização dos chamados “serviços e produtos” educacionais.

No curso dessa mesma lógica impõe-se, ainda, a implementação e organização de extensas e multiformes cadeias de avaliação dos sistemas e níveis de ensino. Em nosso País, como em outras localidades, assistiu-se a esse fenômeno ao longo dos anos da década de 90, a saber, a composição de uma complexa engrenagem – verdadeira obra de engenharia educacional – “dentro” mas sob a inspiração “de fora”, não repetindo, mas evocando o passado – constituída por uma complicada rede de exames de Estado, integrado pelo SAEB, implementado a partir de 1990, embora com a introdução de modificações no seu andamento, Exame Nacional de Cursos, vulgo “Provão”, acionado em 1996, e Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, aplicado desde 1998.

Sem desconsiderar as particularidades de cada um desses exames instituídos, cumpre dar conta de que os mesmos devem ser remetidos não apenas ao processo, tortuoso e inacabado de reordenamento do sistema de ensino, pois estão indicando também, como já asseverado por mim, a redefinição do papel do estado representando o ajustamento mútuo, de um em face das exigências e necessidades do outro e vice-versa, e no bojo, é obrigatório que se diga, dessa nova etapa de desenvolvimento, e das suas contradições, global e mundializada, do movimento encetado pelo capital na sua contraposição ao trabalho.

Por isso mesmo, a despeito do que já se encontra realizado nos planos da organização educacional e universitária e da estrutura avaliativa instalada e simultaneamente, sem desconsiderar o estágio de desenvolvimento proporcionado pelas condições de evolução e de modernização próprio da ordem social capitalista, impõem-se, nesse presente momento: o restabelecimento e a retomada, de maneira revigorada, do esforço reflexivo e prático para fins de enfrentamento das questões que pautam os sistemas de educação e de avaliação no Brasil.

No tocante à educação superior e aos seus problemas e mazelas, CHAUI (1999, p. 219), de forma contundente e crítica, nos deixa claramente perfilada a

magnitude e o grau de desafio a ser enfrentado, caso pretendamos a transformação em profundidade da estrutura ora enraizada. Assim é que, em alusão ao “modelo” universitário criado e posto a serviço da Reforma do Estado, de espírito restritivo e conservador, denunciará a autora:

“Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda a pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas”.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional** – regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo, Cortez, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. A Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hégio (org.) **Universidade em Ruínas na república dos professores**. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 211-222.
- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, Cortez, 1996.
- NUNES, Odilon Carlos. **Políticas de avaliação nas reformas educativas, em Portugal e no Brasil: resenha crítica**. Curitiba, 2001, mimeo.